

Uma crítica ao imperialismo na Primeira República no Brasil*

A critique of imperialism in the First Republic in Brazil

Vinícius Vieira Pereira**

Resumo: O presente artigo busca evidenciar a existência, no Brasil, de um pensamento crítico ao imperialismo capitalista, especialmente no que diz respeito à política imperialista praticada pelos Estados Unidos contra os países latino-americanos, durante o século XIX e início do século XX, sob a égide da Doutrina Monroe e do ideal do pan-americanismo. Destacam-se, desse modo, as obras de Eduardo Prado, Oliveira Lima e Manoel Bomfim, intelectuais brasileiros cujas contribuições teóricas remontam ao período da Primeira República e constituem um pensamento brasileiro autêntico, original e crítico à forma violenta de expansão norte-americana naquele momento da história econômica mundial, quando as primeiras preocupações com o imperialismo capitalista começavam a surgir simultaneamente na Europa e nos Estados Unidos.

Palavras-chave: Imperialismo. Eduardo Prado. Oliveira Lima. Manoel Bomfim. Primeira República no Brasil.

Abstract: This article seeks to show the existence, in Brazil, of a critical thinking towards capitalist imperialism, especially with regard to the imperialist policy practiced by the USA against Latin American countries, during the 19th and early 20th centuries, under the aegis of the Monroe Doctrine and the ideal of Pan Americanism. In this way, the works of Eduardo Prado, Oliveira Lima and Manoel Bomfim stand out, Brazilian intellectuals whose theoretical contributions go back to the period of the First Republic and constitute an authentic, original, and critical Brazilian thought about the violent form of American expansion at that time of world economic history, when the first concerns about capitalist imperialism began to rise simultaneously in Europe and the USA.

Keywords: Imperialism. Eduardo Prado. Oliveira Lima. Manoel Bomfim. First Republic in Brasil.

JEL: B1; F54

* Submissão: 17/07/2020 | Aprovação: 30/03/2021 | DOI: 10.29182/hehe.v24i2.756

** Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Tutor do Programa de Educação Tutorial – PET Economia/UFES | E-mail: vinieco2016@gmail.com | ORCID: 0000-0003-2973-3868



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição-Não Comercial
4.0 Internacional

Introdução

Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, quando o imperialismo econômico despontava, não apenas como uma política externa ou uma fase da história, mas como a própria forma de expansão mundial do capitalismo, a América Latina atraía os interesses e ambições dos capitalistas e dos governos das nações industrializadas. Exportação massiva de capital, empréstimos e a conquista formal e informal de mercados além-mar dominavam a política externa dos governos dos países mais ricos da Europa, dos Estados Unidos e do Japão. As grandes fusões entre o capital industrial produtivo e o capital monetário bancário, que Hilferding (1985) denominou de capital financeiro, significavam uma inédita, e intensa, centralização de capitais. Cresciam em número os poderosos trustes e cartéis. O capital assim organizado, em sua forma monopolista, expandia seus negócios mundo afora sob a batuta dos grandes bancos. Livres da anarquia da concorrência e protegidos pelas forças militares de seus Estados de origem, essas elites dos negócios disputavam cada região do globo como uma nova alternativa de expansão de seus investimentos e de suas taxas de lucro.

Em meio a esse cenário mundial de invasão e conquista de novos mercados consumidores e de matérias primas, de domínio de áreas férteis e ricas para a concretização dos objetivos do capital financeiro e de avanço da cultura europeia por sobre as mais diversas regiões do planeta, os problemas das nações atrasadas, submissas e subordinadas, social e economicamente, eram debatidos sob diversos prismas. No Brasil, principal foco deste artigo, a perspectiva teórica dominante, em termos de análise social e econômica, baseava-se, essencialmente, nas teses positivistas, evolucionistas, naturalistas, social-darwinistas, eugênicas e raciais. Tais abordagens teóricas buscavam, nos problemas oriundos da miscigenação e da hereditariedade, nas características inferiores das comunidades nativas e no caráter indolente e preguiçoso dos índios e negros, os motivos das nossas mazelas, como a miséria, a pobreza, o atraso e a ignorância.

No presente trabalho, o objetivo será o de destacar as ideias de três autores brasileiros, Eduardo Prado, Oliveira Lima e Manoel Bomfim, que, contrariando o discurso dominante à época no Brasil, buscaram outras perspectivas de análise e deixaram, como importante contribuição teórica, uma crítica ao processo de expansão imperialista sobre a América Latina, com destaque para a ação dos Estados Unidos nesse processo.

Para esses pensadores, a política externa imposta pelas potências inter-

nacionais em favor dos interesses de suas grandes companhias de comércio, suas indústrias e seus bancos, atacava os interesses, a cultura e o caráter nacional dos povos latino-americanos. Além disso, eles alertavam para o risco iminente de uma conquista formal desse subcontinente por parte dessas mesmas forças estrangeiras. Em suas contribuições teóricas estão presentes aspectos e impressões que muito se aproximam dos primeiros escritos e das primeiras preocupações com o imperialismo capitalista naquele momento da história, quando a imprensa e os políticos estadunidenses e europeus já faziam uso do termo *imperialismo* e teóricos, como John Hobson, Thorstein Veblen, Rudolf Hilferding, Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo, Nikolai Bukharin, Vladimir I. Lenin, debruçavam-se sobre o assunto.

Sem a pretensão de defender aqui a tese da existência de uma teoria do imperialismo no pensamento brasileiro naquele específico momento da história, o intuito deste artigo é apenas o de demonstrar que, de modo autêntico e radical para a época e lugar, contrariando a inteligência estabelecida no país, esses três autores deixaram registros históricos que comprovam suas impressões de que as riquezas dos países latino-americanos eram alvos dos interesses econômicos dos cartéis, dos bancos, da burguesia financeira, dos comerciantes, dos governos, das forças militares, enfim, das elites econômicas e políticas oriundas das nações industrializadas, e que esse processo deixaria consequências desastrosas para a economia e a sociedade latino-americanas.

Assim, a estrutura do texto está subdividida em uma introdução, seguida de uma contextualização histórica, no sentido de situar as contribuições teóricas desses três autores em meio ao cenário intelectual que dominava o pensamento econômico, social e político brasileiro durante a Primeira República no país. Na seção seguinte, serão desenvolvidas análises baseadas em alguns escritos dos três autores que comprovam a construção de uma abordagem crítica às forças imperialistas do capitalismo naquele momento da história, com ênfase no papel dos Estados Unidos nesse processo. Por fim, uma análise a título de conclusão fecha o presente artigo.

Antes, porém, vale salientar que, ao longo deste trabalho, nas citações diretas dos autores referenciados, a grafia aparece conforme as regras ortográficas em voga no momento histórico específico da edição do texto original aqui utilizada. Em relação ao número de citações diretas, adverte-se sobre a necessidade da sua recorrência, dado o propósito do presente estudo, ou seja, evidenciar a existência de um pensamento crítico ao imperialismo entre os intelectuais brasileiros na virada do século XIX para o século XX.

1. Um pensamento crítico na Primeira República brasileira

As últimas décadas do século XIX, no Brasil, marcaram um momento em que os contextos econômico, político e social se mostravam profícuos ao debate intelectual, dada a diversidade, a complexidade e a legitimidade das questões que se impunham ao povo desta nação. O fim do Império e o nascimento de uma nova república, os últimos suspiros da escravidão, o debate sobre a mão de obra livre e a imigração, os anseios da industrialização e da urbanização, a emergência de uma elite econômica cafeeira em São Paulo, enfim, várias eram as questões que ocupavam as mentes dos pensadores brasileiros.

No campo da ciência, da filosofia, do direito, da sociologia, das artes e da indústria, o momento, inédito para o mundo, era de mudança e reverberava igualmente sobre a América Latina. Se, na economia, o Brasil se mostrava atrativo aos capitais internacionais e seus orquestrados interesses, e a sociedade se via exposta ao início de um processo de urbanização, laicização do Estado e uma miríade de influências culturais e artísticas que chegavam principalmente da Europa, o pensamento teórico se apoiava nos intelectuais nacionais que acompanhavam, estudavam e analisavam atentamente as mais recentes teses científicas, filosóficas e jurídicas que chegavam do velho continente, especialmente da Inglaterra, França, Itália, Portugal, Espanha e Alemanha, bem como dos Estados Unidos.

Segundo Schwarcz (1993), Adeodato (2003), Gontijo (2010) e Vianna (2005), o positivismo comtiano, a filosofia de Littré, as teorias evolucionistas, tanto a proveniente de Darwin quanto as que buscavam explicações de cunho biológico para os estudos sociais, a exemplo do evolucionismo de Spencer e do social darwinismo de Haeckel, a sociologia da escola de Frederic Le Play aplicada à análise de fenômenos sociais, a antropossociologia racial de Lapouge e a eugenia de Galton, a filosofia idealista, de modo geral, e o exacerbado cientificismo monista dominavam a literatura cultivada no mundo e, por extensão, no Brasil. Somavam-se a estes, ainda, os modernos avanços da matemática, a intensificação da utilização da estatística com fins de análises sociais e proposições de políticas públicas e, até mesmo no plano ideológico e político, o surgimento, ainda tímido, das ideias socialistas, comunistas, trabalhistas e anarquistas ao longo do século XIX.

Nomes como Castro Alves, Tobias Barreto, Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Raimundo Nina Rodrigues, Ruy Barbosa, Silvio Romero, Oliveira Lima, Eduardo Prado, Manoel

Bomfim, André Rebouças, Alberto Torres, Rocha Pombo, José Veríssimo, Oliveira Vianna, Alcides Bezerra estavam entre os representantes da intelectualidade do país, os quais manifestavam seus pensamentos não apenas nas instituições acadêmicas existentes até aquele momento, como colégios, faculdades de Direito de Recife e São Paulo, faculdades de Medicina da Bahia e Rio de Janeiro, mas também à frente de museus, institutos históricos, ou mesmo expondo suas ideias em jornais, revistas e na literatura, de modo geral. Pensadores que, segundo Antônio Candido, disseminavam ideias que iam do polo mais conservador, a exemplo de Alberto Torres, ao seu contrapeso, caso do “radical revolucionário, Manoel Bomfim” (Candido, 1990, p. 2).

No entanto, no Brasil, seriam os modelos evolucionistas que ganhariam força explicativa e predominariam em lugar da ciência experimental ou da sociologia de Durkheim e Weber. Naquele momento, em que um novo regime político era construído, a vontade de se autoproclamar para o mundo como uma sociedade científica, ilustrada e moderna se misturava com o sentimento de conservação do poder por parte de uma “hierarquia social arraigada que opunha elites de proprietários rurais a uma grande massa de escravos e uma diminuta classe média urbana” (Schwarcz, 1993, p. 30).

O resultado foi a emergência de um forte pensamento reacionário e, por que não dizer, refratário às mudanças sociais necessárias à república que nascia, ideário fundamentado na teoria racial, do tipo da que se evidencia na pena de Sílvio Romero, para quem “as distinções entre as raças são notadas pelos competentes em todo o curso da existência do homem, desde a pré-história até as gentes actuaes” (Romero, 1906, p. 216).

Pelas lentes do culturalismo sociológico de Sílvio Romero e de boa parte de seus colegas da Escola do Recife,¹ os quais se destacavam no cenário intelectual do país, era a cultura de um povo, derivada das distinções étnicas e raciais, que definia o elemento capacitante dessa sociedade sobre a natureza. Para eles, a maior, ou menor, habilidade para pôr em marcha um processo civilizatório residia, exatamente, na própria diferenciação étnica. Se havia

¹ Nome dado ao movimento intelectual filosófico iniciado no século XIX na Faculdade de Direito do Recife, que tinha nas figuras de Tobias Barreto e Sílvio Romero seus principais representantes. “Deve-se a Sílvio Romero o termo, usado para designar o movimento intelectual que começou por volta de 1860 e foi até o começo do século XX. Reinavam na Faculdade o espiritualismo aristotélico tomista, uma filosofia idealista e eclética, assim como as ideias monárquicas e a tradição do feudalismo nordestino, dos senhores de terras explorando os trabalhadores; vigorava também um certo romantismo no plano intelectual e a mentalidade geral era conservadora. Começa então, no dizer de Sílvio Romero, ‘um surto de ideias novas a assolar o país’, buscando os jovens professores recifenses apoio no positivismo de Augusto Comte e nas variações de Littré, Taine, Noiré e outros.” (Adeodato, 2003, p. 303-326).

diferenças de níveis de civilização, era simplesmente por existirem distinções e separações entre raças e etnias. Ser “mais ou menos progressista” era uma questão de ser superior ou inferior na escala da “índole das raças” (Romero, 1906, p. 217).

Seguindo caminho semelhante, Oliveira Vianna, outro ícone desse pensamento elitista e conservador no Brasil, afirmava que os princípios básicos das “modernas” antropogeografia, antropometria, antropossociologia e eugenia deveriam ser apreendidos pelos eruditos brasileiros e aplicados no estudo da nossa formação nacional (Vianna, 2005, p. 50-52).

Mas, nesse ambiente impregnado pelo cientificismo positivista, alguns nomes surgiram como vozes dissonantes e constituíram a essência do pensamento radical naquele momento de nossa história (Candido, 1990). Autores, ensaístas e historiadores, como José Veríssimo, Rocha Pombo e João Francisco Lisboa estão entre aqueles que, ao tirar o peso das abordagens teóricas científicas e elitistas, manifestaram-se a partir de um olhar crítico sobre importantes questões que se impunham naquele momento. De modo original, pois incomum para a época, pode-se afirmar que fizeram da história social, crítica, um caminho alternativo para a investigação sobre os problemas, políticos, econômicos e sociais que impediam que o desenvolvimento chegasse às regiões mais pobres da América.

Destarte, o jornalista, advogado, historiador e político José Francisco Rocha Pombo² afirmava que a história do Brasil deveria ser contada a partir da história do povo brasileiro, abandonando-se, portanto, a tradição narrativa das batalhas, reis e outras personalidades políticas. Em sua obra, *História da América*, escrita em 1900, Rocha Pombo se negou a fazer história a partir do viés positivista, como era comum à época, desenvolvendo, de modo até então inédito, um método típico de história social crítica, um pensamento, até mesmo, socialista (Nascimento, 2013).

O mesmo pode-se afirmar sobre João Francisco Lisboa, jornalista e historiador que muito influenciou Rocha Pombo. Dedicando-se a contar a história do Maranhão, seu estado de origem, ousou fazê-lo sem lançar mão das teorias

² Sobre esse importante historiador paraense, de acordo com o Pinheiro Machado, “o pensamento de Rocha Pombo viria de sua experiência de vida, como homem pobre, provinciano, socialista”. Rocha Pombo produziu uma extensa obra que inclui, além da já citada *História da América*, escrita 1900, outras importantes obras historiográficas, como: *O Paraná no Centenário*, *História do Paraná*, *História Universal* e *História do Brasil*, esta última, um compêndio de dez volumes escrito entre 1905 e 1917. Portanto, Rocha Pombo foi “um intelectual que se negou a fazer história a partir do viés positivista, como era comum à época, a exemplo de Capistrano de Abreu” (Nascimento, 2013, p.3). Além disso, publicou muitos outros textos literários, como romances e poemas.

que ressaltavam a importância da função das elites na formação das nacionalidades, opondo-se, assim, ao método e à ideologia de importantes historiadores do Brasil, como Francisco Adolfo de Varnhagen, por exemplo, militar e historiador considerado o “pai da história do Brasil”.³ Lisboa preferiu, ao contrário, buscar a explicação para os problemas regionais do país na opressão que os grupos dominantes exerciam sobre a massa da população brasileira (Nascimento, 2013).

No entanto, apesar do pensamento crítico e dissonante esboçado pelos autores acima mencionados, doravante, dado o objetivo deste artigo, o foco se voltará para a análise realizada por três teóricos brasileiros que, ao observarem as relações internacionais que se estabeleciam entre os países latino-americanos e as grandes potências industrializadas, com destaque para os Estados Unidos, adotaram um tom de crítica e de denúncia contra a estratégia de exploração, domínio e invasão imperialista. As contribuições de Eduardo Prado, Oliveira Lima e Manoel Bonfim sobre o tema serão relevadas por se acreditar que elas representam exemplos de uma vertente original no pensamento brasileiro e que muito se aproxima das primeiras teorias do imperialismo que surgiram na Europa e nos Estados Unidos, na virada do século XIX para o XX.⁴

Nesse sentido, tais pensadores deram ênfase às consequências danosas do poder econômico e político dos banqueiros e dos empresários capitalistas, fossem nacionais ou estrangeiros, sobre o desenvolvimento socioeconômico da América Latina; alertaram para a interferência política e a influência econômica e cultural exercida pelos países europeus, mais os Estados Unidos, sobre as repúblicas latino-americanas; denunciaram a herança deixada pelos séculos de exploração colonial em terras latino-americanas e a evasão das riquezas que se operava por meio do comércio mundial; revelaram as consequências da importação de capital estrangeiro para a economia latino-americana, e

³ Para se entender e valorizar o ineditismo e a originalidade da obra de João Francisco Lisboa, torna-se necessário destacar a importância que Francisco Adolfo de Varnhagen representava nos círculos jornalístico, político e intelectual brasileiro a partir de meados do século XIX, no Brasil. Profundo conhecedor da historiografia brasileira, esse austríaco, naturalizado brasileiro, chegou a ser considerado o “pai” da história do Brasil, em virtude do volume de documentos que levantou e usou na produção de sua principal obra, *História Geral do Brasil*, produzida entre 1854 e 1857, em dois volumes. Filho de pai austríaco e mãe portuguesa, Varnhagen obteve a nacionalidade brasileira em 1844 e ocupou os cargos de embaixador do Brasil na Áustria e de primeiro-secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Cavalcanti, 2018).

⁴ Sobre as primeiras utilizações da expressão “imperialismo”, os debates sobre as diferentes conceituações desse processo, suas motivações, justificativas e as consequências alegadas por teóricos, políticos e jornalistas econômicos da Europa e Estados Unidos em fins do século XIX e início do século XX, ver Pereira (2019), capítulo 1.

especificamente, a brasileira, tanto sob a forma de investimentos diretos quanto de empréstimos internacionais; evidenciaram o descaso do governo e das elites nacionais para com a educação pública e a garantia de direitos sociais mínimos à parcela da população mais pobre do Brasil; ressaltaram os obstáculos para a formação de uma classe trabalhadora urbana assalariada após mais de três séculos de escravidão, entre outras importantes questões que ameaçavam a autonomia e comprometiam a verdadeira independência das nações latino-americanas.

2. Três autores brasileiros contra o imperialismo

Dois aspectos em comum se destacam nos escritos de Eduardo Prado, Oliveira Lima e Manoel Bomfim. O primeiro diz respeito à preocupação dos três autores com a expansão imperialista imposta pelo capital estrangeiro e pelos governos das grandes potências mundiais sobre as nações mais frágeis e débeis do planeta. O segundo aspecto está na ênfase dada ao protagonismo internacional assumido pelos Estados Unidos e sua agressiva política imperialista que, sob o disfarce representado pela Doutrina Monroe, subordinava os países da América Latina às relações comerciais, financeiras e diplomáticas que melhor se adequassem aos interesses de Washington. A partir de um olhar crítico, esses três autores perceberam as reais intenções do governo estadunidense que se escondiam sob o manto de um falso pan-americanismo, movimento tão alardeado pela grande nação do norte, suas burguesias, seus defensores e aliados, mas tão temido por esses três astutos observadores.

Importante salientar que tal preocupação com as intenções dos Estados Unidos sobre o subcontinente latino-americano não se restringia aos escritos desses três pensadores. Prova disso é que Ruy Barbosa, em breve apresentação à segunda edição do livro de Eduardo Prado, em 1896, após denunciar o fato da publicação da obra por ele apresentada ter sido proibida no Brasil, chega a se manifestar com extremo sarcasmo e espírito crítico contra os “entusiastas da amizade americana, aqueles brasileiros cultos que acreditavam na doutrina de Monroe e em qualquer traço de boa intenção da grande nação do norte” (Barbosa, 2003, p. 7).

2.1. Eduardo Prado e a grande mentira americana

Figura de destaque entre os membros fundadores da Academia Brasileira de Letras, o advogado e jornalista, filho de tradicional família de São Paulo,

Eduardo Paulo da Silva Prado, mais conhecido como Eduardo Prado, incontestável defensor da monarquia no Brasil, considerava que a república havia sido instaurada a partir de um pronunciamento militar e que, portanto, nada mais era que uma ditadura militar, um regime que ninguém poderia prever quanto tempo duraria, afinal, “quando o marechal Deodoro pensar de um modo e os ministros de outro, quem cederá?” (Prado, 2003, p. 7).

Admirado por Eça de Queirós, o qual lhe abriu as páginas da *Revista de Portugal* para uma série de ensaios críticos escritos sob o pseudônimo de *Frederico de S⁵* (Freitas, 2002), Eduardo Prado, representante diplomático brasileiro em Londres durante o período imperial, considerava a pretensa fraternidade americana “uma grande mentira” (Prado, 2002, p. 12) e afirmava que a independência das nações latinas da América em nada havia sido protegida ou idealizada pelos Estados Unidos (Prado, 2002, p. 16).

Seu libelo, *A ilusão americana*, teve sua primeira edição lançada em 1893 e proibida uma hora após ser posta à venda. Sobre esse fato, assim se manifestou o autor no prefácio da segunda edição da sua obra: “Este despretenhoso escrito foi confiscado e proibido pelo governo republicano do Brasil. Possuir este livro foi delito, lê-lo, conspiração, crime, havê-lo escrito.” (Prado, 2002, p. 8).

Para o escritor brasileiro, tal proibição era a simples constatação da subordinação do país à “imposição das instituições anglo-saxônicas da América do Norte ao nosso país”, condição contra a qual Eduardo Prado sempre lutara e escrevera. Segundo Freitas (2002, p. 9), o “escritor pugilista” brasileiro era sarcástico em relação à existência de qualquer traço de boa intenção dos Estados Unidos para com seus vizinhos da América Latina.

Prado (2002) dedicou-se, primeiramente, a investigar, com profundidade, todos os fatos, anseios e aspectos que envolviam a declaração da Doutrina de Monroe, enunciada pelo então presidente dos Estados Unidos, James Monroe, em 1820, a qual passou a representar os rumos da política externa norte-americana. Segundo o pensador brasileiro, em lugar da idealizada amizade norte-americana, a realidade era outra, pautada numa política de agressão, manobras fraudulentas, conluíus, corrupção e contrabandos contra Brasil, Argentina, México, Venezuela, Paraguai, Peru, Bolívia. Uma doutrina que, baseada numa promessa, justificava tudo, absolutamente tudo.

⁵ Esses ensaios foram reunidos em outra importante obra de Eduardo Prado, *Os fatos da ditadura militar no Brasil*, de 1890; outra obra de destaque do autor é *Viagens*, publicada em dois extensos volumes, o primeiro, em 1886, e o segundo, em 1902, narrando as experiências internacionais do escritor.

O México e a Colômbia lembraram aos Estados Unidos o cumprimento da sua promessa contida na célebre mensagem de Monroe. Henry Clay [secretário de estado dos Estados Unidos à época] respondeu que a mensagem continha com efeito uma promessa, mas que os Estados Unidos tinham-na feito a si mesmos e não a um outro país, e que por isso nenhum país tinha o direito de exigir o cumprimento da mesma promessa. (Prado, 2002, p. 8)

Assim, o Brasil e as demais repúblicas da América Latina eram sempre obrigados a ceder às imposições e a pagar vultosas somas a título de capital, juros e reclamações pecuniárias para companhias, bancos e o governo estadunidense (Prado, 2002, p. 20–24). Chamando a atenção para o volume de recursos do país que se transferia para o exterior sem deixar qualquer benefício para o Brasil, afirmava que a “ingenuidade sul-americana jamais havia sido tão ludibriada e escarnecida” quanto se viu diante dessa declaração unilateral por parte dos Estados Unidos.

Prado também duvidava que a Doutrina Monroe nos livrasse da invasão por parte da Inglaterra ou de qualquer outro país, tanto que se manifestou sobre o assunto fazendo a seguinte interrogação: “quando a Inglaterra e a França intervieram na República Argentina contra Rosas, o que fez os EUA?”. Ao que responde taxativamente: “nada!”. Segundo ele, “o governo de Washington vivia em perfeita harmonia com aquele monstro”, modo como se refere à Inglaterra (Prado, 2002, p. 25). Por isso, percebia que, além de os Estados Unidos não proteger o país de quaisquer ameaças vindas da Europa, adicionalmente colocava as nações sul-americanas sob ameaça constante desse novo e potencial invasor.

Sua crítica à estratégia imperialista fica clara quando analisa esse ímpeto invasor e dominador por parte dos Estados Unidos. Para provar que esse país impunha suas instituições aos demais países da América e que a ameaça imperialista de ocupação por parte dessa nação era real, Prado denunciou os interesses estadunidenses sobre a abertura forçada da navegação do rio Amazonas, antevendo uma possível invasão efetiva do território brasileiro por parte das forças militares dos Estados Unidos: “Preparava-se evidentemente uma invasão armada do Amazonas quando o ministro do Brasil em Washington interpelou numa nota positiva o governo americano, perguntando-lhe se seria permitida tal pirataria.” (Prado, 2003, p. 68).

Ação que não causaria qualquer surpresa, pois, segundo o ilustre defensor da monarquia e filho de tradicional família de São Paulo, o fato de apenas

navios ingleses singrarem o leito do Amazonas despertava a ira do capital comercial dos Estados Unidos, cujo governo, para defender os interesses de seus capitalistas, exigia do governo brasileiro a abertura da navegação no poderoso canal de circulação do país, principalmente, para a cobiçada borracha: “Todos estes americanos, nos seus escritos, falavam muito dos interesses comerciais dos Estados Unidos, nos seus capitais imensos que estavam ansiosos por um emprego no Amazonas.” (Prado, 2003, p. 69).

As reais intenções estadunidenses sobre os países vizinhos estavam bastante claras para o pensador brasileiro, o qual alertava para as intervenções militares daquela nação em regiões e países do subcontinente latino-americano, bem como suas violentas e ardilosas estratégias comerciais em países como Peru, Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil, que seguiriam o exemplo do que se impusera ao México.

O México, pobre, fraco, lutando para obter um lugar entre as nações, vai agora ser humilhado, espezinhado, algemado e vergastado pela brutalidade de seu vizinho do norte [...] que empregará toda sua energia em descobrir plausíveis pretextos para roubar a um vizinho mais fraco uma vasta extensão de terra. (Prado, 2002, p. 51)

Para ele, a intenção norte-americana no caso do México tinha sido bastante clara. O governo de Washington teria subsidiado e fomentado a revolta no Texas, o que justificou a intrusão americana no território, o reconhecimento da independência e a posterior anexação. Mas, não sem antes exigir, durante anos, as numerosas “reclamações americanas”, que se multiplicavam e eram pagas sempre com “bom dinheiro mexicano”. O resultado foi a transformação do México, após 1848, segundo Prado (2002, p. 34), em um verdadeiro “protetorado norte-americano”, tese que nos permite considerar que este pensador brasileiro percebeu, já desde a primeira metade do século XIX, traços de uma estratégia de cunho essencialmente imperialista por parte dos Estados Unidos contra o seu país vizinho.

Convicto da má-fé do governo de Washington, Prado (2002) buscou desiludir os patriotas cubanos que sonhavam com a independência e depositavam esperanças na Doutrina Monroe para ajudá-los idealmente nessa empreitada. Para o pensador brasileiro, a real intenção do governo estadunidense havia se revelado desde a questão do México e ele tinha plena convicção de que os Estados Unidos não tomariam defesa nessa causa, buscando, ao contrário, tirar proveito da situação. Sobre esse ponto, vale lembrar que Eduardo

Prado, inclusive, acabou por antecipar, já em 1893, portanto sem o saber, o que o breve futuro reservava para Cuba na virada do século.

Citando um banquete promovido pelo general Grant na cidade de Nova York (sem citar o ano), no qual estavam presentes ilustres e notáveis secretários mexicanos, Prado reproduziu as ameaçadoras palavras desferidas pelo secretário de Estado americano, Sr. Evarts, as quais provocaram “as gargalhadas dos yankees e os sorrisos amarelos dos mexicanos”. A reprodução, na íntegra, da fala desse senhor Evarts faz-se necessária para mostrar a indignação de Eduardo Prado diante da postura imperialista dos Estados Unidos, a qual anunciava o domínio completo das Américas e considerava a América do Sul, “o presunto”, e o tio Sam, “o garfo”.

A doutrina de Monroe é por certo uma boa cousa, mas, como todas as cousas boas antiquadas, precisa ser reformada. Essa doutrina resume-se nesta frase: A América para os americanos. Ora, eu proporia com prazer um aditamento: para os americanos, sim senhor, mas, entendamo-nos, para os americanos do norte (*aplausos*). Começemos pelo nosso caro vizinho, o México, de que já comemos um bocado em 1848. Tomemo-lo (*hilaridade*). A América Central virá depois, abrindo nosso apetite para quando chegar a vez da América do Sul. Olhando para o mapa, vem aquele continente que tem a forma de um presunto. Uncle Sam é bom garfo; há de devorar o presunto (*aplausos e hilaridade prolongada*). A bandeira estrelada é bastante grande para estender a sua sombra gloriosa de um oceano a outro. Um dia ela flutuará única e ovante do pólo norte ao pólo austral. (Prado, 2002, p. 36)

Para Prado (2002), mudavam-se, por vezes, os mecanismos, mas os objetivos eram sempre os mesmos, explorar, humilhar e anexar. Referindo-se aos financistas e monopolistas da Europa e dos Estados Unidos, Prado mostra uma percepção incomum para a época, entre pensadores brasileiros, de como esses capitalistas imperialistas usavam as forças de seus estados para cumprirem seus objetivos de lucros, explorando e humilhando os pobres do mundo. Se, ao longo de séculos, o ouro americano havia sido sugado pelas grandes nações da Europa, havia chegado, então, a vez e a hora de os Estados Unidos rivalizarem com essas potências e garantir um porto seguro aos seus homens de negócios.

O governo e os políticos de Washington são os representantes diretamente interessados ou indiretamente subsidiados que hão de procurar todos os meios para proteger os ricos e os satisfeitos

contra os famintos. Os financeiros e os monopolistas americanos votam ódio à Europa porque para lá se escoou o ouro americano por séculos.(Prado, 2002, p. 140)

Traço importante em sua obra para os fins do presente trabalho é que, já nos primeiros anos da República brasileira, Prado denunciou os impulsos imperialistas norte-americanos e ingleses. Mostrando conhecer em minúcias as manobras políticas e diplomáticas da época, Eduardo Prado conclamou a não se esperar “benevolência alguma dos EUA para conosco ou para com qualquer república latino-americana”; afirmou que a “amizade americana é nula, quando não é interesseira”; que os “laços entre o Brasil e os EUA são fictícios, por não haver qualquer afinidade de natureza alguma, real e duradoura”; e que não há razão para “qualquer imitação dessa grande potência”, haja vista que, “moralmente, a influência daquele país sobre o nosso tem sido perniciososa” (Prado, 2002, p. 185-186). Se nada tinha a agradecer à república norte-americana, restava denunciar a agressiva política de domínio e exploração. E Eduardo Prado foi um dos primeiros teóricos a fazê-lo, ainda na última década do século XIX.

2.2 O pan-americanismo sob a perspectiva de Oliveira Lima

Outro intelectual brasileiro que se posicionou como crítico da doutrina de James Monroe, por considerá-la uma ameaça à autonomia das repúblicas sul-americanas e um instrumento do imperialismo, foi Manoel de Oliveira Lima. Em sua obra, *Pan-americanismo: Monroe, Bolívar e Roosevelt*, afirmava, em 1907, que a citada doutrina, a partir da adição do Corolário Roosevelt, em 1904, pelo então presidente Theodore Roosevelt, havia apenas se adaptado ao “pendor imperialista” (Lima, 1907, p. 47). Utilizou recorrentes vezes a expressão *imperialismo* para designar a estratégia norte-americana que havia levado à “intervenção em Cuba”, à “retenção das Filipinas”, à “invenção da zona do canal do Panamá” e à “incorporação de Porto Rico”, esses, sim, exemplos do “real pan-americanismo que se escondia sob o belo discurso diplomático de Washington” (Lima, 1907, p. 158).

Historiador, sem formação acadêmica em História, jornalista, crítico literário e diplomata brasileiro, Manuel de Oliveira Lima deixou uma extensa obra de história, tanto de Pernambuco, seu estado de origem, quanto do Brasil, da literatura brasileira e de questões econômicas, políticas e diplomáticas que envolviam, sobretudo, as relações internacionais entre os países do conti-

nente americano.⁶ Foi diplomata brasileiro em Washington entre os anos de 1896 e 1900.

Segundo Vellozo (2012), dada a lenta inflexão que a política externa brasileira vinha sofrendo no sentido de buscar uma aproximação maior aos Estados Unidos, passou a predominar, entre os representantes republicanos brasileiros, uma defesa do liberalismo norte-americano e dos exemplos de futuro, justiça e progresso que essa nação representava, narrativa que se evidencia na influência que a constituição estadunidense exerceu sobre a elaboração da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

Num momento em que algumas teses sociológicas do Estado defendiam, a exemplo de Gumplowicz,⁷ a conquista e o domínio dos povos e raças mais fortes sobre os mais fracos, Vellozo afirma que, entre a intelectualidade brasileira, “o imperialismo nascente norte-americano parecia, para uns, inevitável, e para outros, preferível diante do europeu”. Chega a citar, entre os manifestos entusiastas e conformistas com o imperialismo norte-americano, nomes como Araripe Júnior, Olavo Bilac e mesmo Oliveira Lima (Vellozo, 2012).

Sim, em sua obra escrita em 1899, *Nos Estados Unidos, impressões políticas e sociais*, Oliveira Lima demonstrava, naquele momento, admiração pela cultura, democracia e ciência dos Estados Unidos, chegando mesmo a afirmar que “uma estada de trez annos no grande paiz americano ensinou-me a desejar que o seu ingente progresso material fosse imitado pelo meu país” (Lima, 1899, p.1). Bastante influenciado que estava pelas teses raciais e culturais do desenvolvimento social, chegou a dedicar, nessa mesma obra, um capítulo inicial, específico, para tratar de um tema cujo título decretava, por si próprio, a causa do atraso do Brasil: o *problema negro*. Assim, decretava que “o negro, na América, é incontestavelmente um mal, da mesma forma que foi a escravidão uma peste social” (Lima, 1899, p.19). E sentenciava que, no norte do Brasil, “a falta de immigração branca tem produzido a estagnação, para não dizer com mais verdade a decadencia e a miséria” (Lima, 1899, p. 20).

⁶ Na extensa obra de Oliveira Lima, destacam-se: *Pernambuco: seu desenvolvimento* (1895), *Aspectos da literatura colonial brasileira* (1896); *História diplomática do Brazil* (1901), *Pan-americanismo: Monroe, Bolivar e Roosevelt* (1907), *Dom João VI no Brasil* (1908), *A lingua portuguesa, a literatura brasileira* (1909), entre outras. Sobre a obra e o autor, ver Vellozo (2012) e Forster (2011).

⁷ Referimo-nos aqui às teses de sociologia do Estado de autoria do polonês Ludwig Gumplowicz, que, nas últimas duas décadas do século XIX e na primeira do século XX, ficaram famosas por defender a conquista dos povos mais fracos pelos mais fortes como uma necessidade para o desenvolvimento e o progresso, bem como a organização do Estado a partir da supremacia da classe dominante. Sobre esses argumentos do autor, ver Gumplowicz (1899).

No entanto, Oliveira Lima, pouco tempo depois, mudaria radicalmente seu pensamento. Sobre essa transformação em seu espírito investigativo, científico e crítico, principalmente em relação aos Estados Unidos, Vellozzo (2012) afirma ter essa guinada ocorrido apenas após Oliveira Lima retornar de sua missão como diplomata em Tóquio, onde permaneceu de 1901 a 1903. Teria sido o contato e a experiência com a cultura japonesa que fizeram com que o “Lima determinista, naturalista, racista e social-darwinista tomasse um verdadeiro banho de relativismo social” (Vellozzo, 2012, p. 112). O tomar consciência da possibilidade de uma modernização que respeitasse as tradições, que aliasse o moderno e o antigo, como vivenciado no Oriente, foi, para Vellozzo, a pedra de toque da mudança no pensamento de Oliveira Lima. Essa rica experiência na Ásia teria sido a responsável por tirar o pensador brasileiro do “remanso das certezas” e levá-lo a perceber toda a complexidade da realidade social. De preconceito racial contra os amarelos, influenciado pelo racismo científico ocidental, Oliveira Lima teria passado a nutrir grande admiração e respeito pela raça e pelo povo asiático, abrindo espaço, assim, para sua sensibilidade a outros tipos de postura diante do conhecimento.

Por isso, para Vellozzo (2012), na obra *No Japão, impressões da terra e da gente*, escrita em 1903, Lima já demonstra a percepção de que a história era uma disciplina mais complexa do que imaginava e que, para explicar o desenvolvimento de um povo, precisaria de um aparato teórico que talvez não estivesse disponível a um intelectual ocidental. Assim, Oliveira Lima teria já descoberto haver outros caminhos para o progresso, não apenas o baseado nos interesses particulares, no individualismo, no culto à riqueza, característicos da cultura anglo-saxã e que outrora haviam inebriado a mente do historiador brasileiro em relação aos Estados Unidos.

Já para Forster (2011), essa transformação na visão de Oliveira Lima acerca do relacionamento do Brasil com os Estados Unidos não surgiu repentinamente no Japão, mas foi, na realidade, “uma nítida evolução ao longo de sua carreira”, o que ocorreu de forma lenta, porém profunda. Não se tratou de uma mera mudança de opinião ou desencanto, uma vez que, segundo essa grande estudiosa da vida e obra do diplomata e historiador brasileiro, Oliveira Lima jamais “professara fé ideológica no monroísmo”. Para ela, uma das influências decisivas teria vindo, sim, após a experiência vivida como ministro plenipotenciário da Legação em Caracas, na Venezuela, onde ficou de 1905 a 1906, quando diferentes reflexões impuseram “novas nuances e inflexões”: “Essa evolução parece fruto natural de seu amadurecimento, à luz dos próprios

desdobramentos históricos, sobretudo em razão de sua experiência na Venezuela e da política.” (Forster, 2011, p. 99).

Forster (2011) faz questão de salientar que, mesmo na obra *Nos Estados Unidos...* já aparecem impressões de um realismo político aguçado, por parte do diplomata brasileiro, quanto à posição dos Estados Unidos em relação aos demais países latino-americanos. Por isso, mesmo ainda em 1899, Oliveira Lima chega a afirmar que

Neste fim de século encontramos um Chile cheio de vitalidade e uma Nação Argentina rica de futuro: nenhuma República latino-americana pode, contudo, mesmo imperfeitamente, hombrear com os Estados Unidos, na colonização integrada, desenvolvimento industrial, adiantamento intelectual, não meramente litterario vigor, opulência e esplendor. A preponderância pois da nação norte-americana no continente é mais do que uma intenção manifesta, é uma condição necessária, um resultado fatal a que não há de fugir. (Lima, 1899, p. 365-366)

Como se pode observar a partir da citação acima, a admiração pelos Estados Unidos, presente no pensamento de Oliveira Lima, antes que este se tornasse um dos mais valentes e aguerridos opositores do imperialismo vindo de Washington, parecia mais um consolo conformista para um diplomata que, tendo vivido na América do Norte, pôs-se a tecer comparações com o Brasil no que diz respeito à “força da política prática, continuada e enérgica, da tradição nacional, da população e riqueza desenvolvidas, da diplomacia ativa, do espírito de conquista e do commercio interno e externo que emanavam daquela grande potência” (Lima, 1899, p. 459). A partir dessa perspectiva, a superioridade estadunidense em relação aos vizinhos latino-americanos parecia incontestável, e a aliança, ou dependência, em relação a esse país, inevitável para os vizinhos continentais mais frágeis, além de se apresentar como a melhor opção para que o Brasil atingisse a modernidade.

Mas, para Forster (2011, p. 100), foi a “vivência direta de episódios relacionados à invocação e aplicação concreta da Doutrina Monroe”, como a vivida na Venezuela, que determinaria a mudança em suas opiniões e o levaria a desenvolver um severo senso crítico em relação ao pan-americanismo. Afinal, sua estada nessa república hispânica coincidiu, justamente, com o momento que se seguiu à crise da dívida externa venezuelana, que havia colocado o país sob ameaça iminente de invasão e ocupação militar e sob bloqueio continental por parte da Grã-Bretanha, Alemanha e Itália, as principais forças imperialistas da Europa.

Apesar da intervenção norte-americana no episódio, fazendo valer os princípios da Doutrina Monroe, Oliveira Lima percebeu o oportunismo do governo de Washington na questão, momento a partir do qual o braço forte do corolário Roosevelt, então incorporado à Doutrina Monroe, passaria a manter a aplicação da política do *big stick* como uma constante ameaça contra os países do continente americano. Ao deixar Caracas, Oliveira Lima levaria consigo impressões marcantes que delineariam sua visão sobre o papel do mundo hispânico e do Brasil nas relações hemisféricas (Forster, 2011).

Para o objetivo desta seção, importa que, se antes, animado defensor da sociedade e da parceria norte-americana, que estaria sendo “modelada pela Democracia e pela ciência”, e para quem os brasileiros faziam parte de uma “classe inferior, um povo de mestiços” (Lima, 2007, p. 11-12), o grande diplomata e historiador brasileiro abandonou por completo essa ideia da superioridade racial e civilizacional estadunidense. Além disso, tornou-se aguerrido opositor do imperialismo por parte dos Estados Unidos e de qualquer traço de boa intenção por trás da Doutrina Monroe, especialmente no que dizia respeito ao corolário rooseveltiano.

Ademais, sobre o presidente Theodore Roosevelt, Oliveira Lima discordava abertamente de suas políticas e afirmava publicamente não nutrir qualquer simpatia pessoal pela figura do presidente dos Estados Unidos, “outro fetiche”, a quem conhecera quando este era subsecretário da Marinha norte-americana e Lima, primeiro secretário da Legação em Washington (Forster, 2011). Tanto que Oliveira Lima entrou em ásperas polêmicas com Joaquim Nabuco, declarado partidário e confesso apoiador das políticas norte-americanas, e mesmo com Rio Branco, então ministro das relações exteriores do Brasil e um conveniente defensor do pan-americanismo, sempre que aplicação da citada doutrina trouxesse vantagens para o seu país.

Assim, para Lima (apud Forster, 2011), não tendo sido resultado de uma deliberação internacional, mas sim um enunciado unilateral dos Estados Unidos, tal doutrina tornou-se base de um autêntico projeto de predomínio político e econômico no Novo Mundo por parte desse país. Mas foi ao volver suas preocupações para o estudo das reuniões políticas internacionais entre os países da América, as chamadas *Conferências pan-americanas*, especialmente a partir da realização do Congresso do Panamá, em 1826, evento idealizado por Simón Bolívar, que Oliveira Lima acabou por construir uma narrativa crítica do imperialismo norte-americano.

Segundo Lima (1907, p. 53), o Congresso do Panamá tinha dois obje-

tivos, o primeiro, imediato, a manifesta “intenção de integralizar a libertação da América Espanhola e congregar os meios de resistência a uma ameaça, ainda possível, de reconquista pela metrópole”. E outro, de maior alcance, que seria o de levar toda América a assumir e “fazer ecoar a declaração do presidente dos Estados Unidos, [...] a doutrina de Monroe”, e tornar solidárias as nações do continente americano contra todo tipo de intervenção estrangeira por parte de uma metrópole que ameaçasse recolonizar o território americano. Esse, de acordo com Oliveira Lima, era o grande espírito pan-americano que “concebera-o Bolívar num belo vôo imaginativo, feliz até na localização geographica, a saber, o isthmo que liga os dois continentes” (Lima, 1907, p. 54).

No entanto, contrapondo a utopia de Bolívar ao ímpeto imperialista que guiava os interesses norte-americanos, Lima (1907) afirmou que, no decorrer do século XIX, uma mudança havia ocorrido, pois a maior ameaça de intervenção sobre a América Latina não vinha mais da Europa, mas da própria América, ou melhor, dos Estados Unidos. Por isso, ele enaltece a inteligência e o poder visionário de Simón Bolívar quando afirma que esse grande líder pretendeu, já no início dos trabalhos do Congresso do Panamá, organizar uma distribuição de atribuições e responsabilidades justamente para não permitir que todo o arbitramento internacional caísse nas mãos dos Estados Unidos.

Tendo se tornado grande crítico das tentativas de aproximação do Brasil aos Estados Unidos e de outros vizinhos da América, Oliveira Lima denunciou as intenções das grandes nações sobre os países latino-americanos e analisou criticamente a posição submissa destes em relação aos interesses dos Estados Unidos e dos países da Europa. A utilização das forças militares dos países ricos em favor da invasão e ocupação de terras estrangeiras, a imposição de contratos bilaterais que feriam a autonomia e a liberdade dos países da América Latina, a ocupação indefinida das Filipinas e a anexação de Cuba, a proteção governamental à indústria norte-americana e concomitante pressão pela abertura de mercados externos, todas essas estratégias de política externa estavam, segundo ele, indissociavelmente ligadas à expansão imperialista (Lima, 1907).

Citando ora os acordos de comércio e os empréstimos, ora as ameaças de intervenção armada e a retenção de áreas exclusivas de comércio na América Latina, Oliveira Lima denunciou a política externa dos Estados Unidos que se pautava na incorporação de territórios, como foi o caso de Porto Rico, adquirido da Espanha sob o aval do Tratado de Paris.

Profundo estudioso e conhecedor das realidades de outros países de nosso continente, e tendo representado o Brasil em Lisboa, Berlim, Washington, Londres, Tóquio, Caracas, Bruxelas e Estocolmo, Oliveira Lima desenvolveu aguçado senso crítico e experiência política, o que o levou a perceber as intenções dos acordos propostos pelas nações mais poderosas àquelas mais frágeis da América, caso em que a correlação de forças era desvantajosa para as últimas. Destaca, assim, a “má intenção” do governo de Washington quando analisa o caso da Argentina em face do poder político e econômico dos Estados Unidos. Camuflado sob o discurso protecionista do subcontinente contra a invasão por parte das nações europeias, os Estados Unidos visavam, exclusivamente, à ocupação da Argentina, assim como já o fizeram com o Havaí, Filipinas, Cuba e Porto Rico.

A protecção a que visam os Estados Unidos só poderia revelar-se em qualquer sentido interesseira. Os Estados Unidos nunca a exerceram generosamente em prol das outras republicas do continente, deixando despojar a Argentina pela Inglaterra das ilhas Malvinas [...]. Porque mudariam de tactica e de proceder justamente quando mais ávidos e menos altruistas se fizeram com o desenvolvimento do instincto imperialista e dos appetites plutocraticos? (Lima, 1907, p. 56)

Instrumentos bastante utilizados pelos países imperialistas, segundo Oliveira Lima, eram as cobranças de amortizações de empréstimos e juros, as reclamações pecuniárias oriundas de indenizações exigidas por indivíduos residentes em países estrangeiros, os acordos de comércio e outras exigências, como, por exemplo, a do livre comércio. Realizadas sob o apetite voraz dos capitais e do governo estadunidenses e em total desrespeito à soberania das nações latino-americanas, essas cobranças obedeciam a estratégias distintas, a depender do tipo de nação a ser cobrada. Amistosa, no caso de um país forte, ou tirânica, se se tratasse de uma república frágil (Lima, 1907).

Denunciava ainda o falso discurso do livre comércio, sempre presente nas exposições de motivos vindas de Washington. Sobre esse aspecto, Oliveira Lima destaca que, apesar de exigirem dos países da América Latina a abertura de seus mercados nacionais, os Estados Unidos mantinham seus próprios produtos protegidos pelo seu poder público. O diplomata brasileiro percebia que a estratégia imperialista estadunidense incluía, entre seus mecanismos, a defesa do mercado externo aos interesses da indústria norte-americana: “São invariavelmente campos fechados, porque abertos só se pretende em Wa-

shington que sejam os países estrangeiros, não os territórios ou dependências nacionais [...] Esse o espírito imperialista.” (Lima, 1907, p. 77).

Para Oliveira Lima, portanto, o imperialismo norte-americano se manifestava ora explicitamente, ora camuflado sob o manto do ideal pan-americano, mecanismo que norteava a política internacional praticada pelos Estados Unidos para levar a cabo o principal objetivo desse país: dominar, econômica e politicamente, como potência continental, os vizinhos americanos.

2.3 O parasitismo imperialista no pensamento de Manoel Bomfim

Médico, político, jornalista e historiador sergipano, nascido em 1868, em Aracaju, grande defensor da educação pública e gratuita e que viria a falecer em 1932, Manoel Bomfim dedicou-se, entre outros temas, à análise das relações internacionais, as quais, segundo ele, estariam pautadas na exploração e na conquista entre as nações e, dessa forma, deveriam concorrer para a explicação sobre o atraso, a miséria, a ignorância e o abandono em que viviam os povos de nosso continente.⁸

Como ponto de partida para suas análises, criou a metáfora do *parasitismo social* (Bomfim, 2008), conceito-chave por ele usado para comparar os males provocados pelo parasitismo biológico sofrido por um organismo vivo, com os males provocados pela exploração econômica sobre um organismo social. E o comércio internacional era o principal mecanismo desse processo de parasitismo social, pois era por meio dele que se operava a sangria da produção e dos esforços nacionais para o exterior. Em suas palavras, era por meio do “comércio internacional que toda seiva e todo preço da produção, eram sugados” (Bomfim, 2008, p. 98).

Ao parasitismo social sucedeu-se o imperialismo opressor. Portanto, para Bomfim (2008, p. 130), não havia diferença entre o Brasil de 1800 e o de “hoje” (1903), pois se “era uma colônia vassala, hoje é uma colônia independente”. Se, durante o colonialismo, prevaleceu o parasitismo, como nação independente era chegada a vez do imperialismo. Para além dos efeitos econômicos, essa nova forma de parasitismo atacava a ordem social, cultural e moral, levando ao enfraquecimento generalizado do organismo social que teria se formado nas nações da América Latina.

⁸ Para um aprofundamento maior na pesquisa sobre a perspectiva do imperialismo, de um modo geral, na visão de Manoel Bomfim, ver Pereira (2021), texto que serviu de base à presente seção.

Usando o estudo da história da formação das nações latino-americanas a partir de uma perspectiva social e crítica, Bomfim destacou-se por expor impressões e ideias extraídas de pensadores como Engels e Marx, por exemplo, algo raro no país naquele momento. De acordo com Sussekind e Ventura (1981), ele foi capaz de construir uma análise das relações entre as distintas classes sociais e as diferentes nações em uma perspectiva que se pautava contrariamente ao pensamento eurocêntrico desenvolvido no Brasil entre a alta elite intelectual. Assim, a leitura crítica da história do país perpassa toda sua obra,⁹ especialmente *América Latina, males de origem*, de 1903, e *Brasil nação*, concluído em 1928 e publicado em 1931, textos explorados com maior profundidade nesta seção.

Atribuindo grande parte da culpa pelas mazelas sociais latino-americanas à ambição das grandes nações civilizadas, Bomfim se mostrou também original, como poucos o fizeram, ao elencar os Estados Unidos entre as nações civilizadas e imperialistas. Destarte, para Cândido (1990), Manoel Bomfim foi um dos poucos a perceber que o pan-americanismo era apenas um artifício utilizado pelos Estados Unidos para descartar a influência econômica europeia e estabelecer a sua própria hegemonia. Citando artigo jornalístico publicado em 1895, na *Revista Chile*, em seu volume VIII, Bomfim (2008, p. 12, tradução nossa, grifo nosso) expressa seu sentimento em relação à tendência de expansão imperialista dos Estados Unidos, a qual estaria apoiada, segundo ele, em uma “doutrina teológica”, referindo-se à autoproclamação de um suposto destino manifesto daquela nação.

A súbita mudança da política tradicional dos Estados Unidos *na atual tendência imperialista* deve consolidar na grande república do norte a reivindicação arrogante dos políticos [...] que consideram como destino manifesto daquele país o exercício da hegemonia comercial e proteção política nas [sobre as] outras repúblicas do continente.¹⁰

Outro contumaz crítico da Doutrina Monroe, Bomfim considerava tal doutrina um evidente atentado à soberania latino-americana. Especialmente,

⁹ Os principais trabalhos de Manoel Bomfim, aqueles comumente referenciados pelos estudiosos de sua vida e obra são: *A América Latina, males de origem* (1903), *Através do Brasil* (1910), coescrito com Olavo Bilac; *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930) e *O Brasil Nação* (1931).

¹⁰ “El brusco cambio de la política tradicional de los Estados Unidos en la actual tendencia imperialista, ha de consolidar en la gran república del norte la pretensión arrogante de los políticos de la escuela de Blaine, que consideran como destino manifesto de aquel país ejercer hegemonía comercial y la tutela política en las demás repúblicas del continente”

levando-se em conta o fato de que, apoiado em tal doutrina, a definição de quais ou tais motivos ensejariam uma ação de intervenção militar por parte dos Estados Unidos, fossem eles de cunho financeiro, comercial ou político, dependeria, simplesmente, de uma livre interpretação do próprio governo estadunidense, desprezando-se qualquer normativa de direito internacional.

Entre os três autores tratados neste trabalho, Bomfim foi o que mais se dedicou à análise do imperialismo. As expressões *imperialismo* e *imperialista* aparecem recorrentes vezes em sua obra. No caso da primeira, no sentido de ação de uma “grande nação civilizada”, com o apoio da opinião e do poder públicos, contra outra, independente e frágil. Quanto à segunda, como *adjetivo*, qualificando aquele, ou aquela, seja um indivíduo, uma nação ou a imprensa, que exalta, defende, apoia ou simpatiza com essa política de invasão e ocupação de outras nações independentes como pretensa solução para levar civilização, cultura, crescimento moral e econômico (Bomfim, 2008).

Bomfim ergueu um arcabouço analítico que vinculava, de um modo original entre os pensadores brasileiros, a marcha da expansão capitalista pelo mundo com a violência peculiar da estratégia imperialista, considerando-os inseparáveis (Bomfim, 2013), e destacando a função do Estado como o “instrumento de domínio para uso de uma burguesia fortificada nas posições de mando e privilegiada no capitalismo” (Bomfim, 2013, p. 211). Ademais, ora citando o exemplo do Brasil, ora de outra república latino-americana, tratou de temas como: i) a necessidade, ou vocação, do capital e, por extensão, do capitalismo, como o modo de produção que lhe assegura as condições sócio-históricas necessárias, de se expandir sobre a maior arena possível do planeta em busca de ganhos econômicos (Bomfim, 2013); ii) o papel do Estado nesse processo, tanto o invasor, em sua obstinada campanha imperialista, utilizando-se de suas forças diplomáticas e militares no processo de dominação, quanto do Estado parasitado, que, cooptado pelas forças imperialistas, segue atendendo aos interesses das oligarquias locais e estranho ao restante da sociedade, “personificando apenas o capital” (Engels apud Bomfim, 2013, p. 338); iii) o papel representado pelos empréstimos internacionais e pela exportação de capital na conquista imperialista (Bomfim, 2013, 2008); iv) a intensa centralização de capitais que se operava nos países industrializados por meio dos bancos e dos cartéis, com destaque para os casos de Alemanha e Itália, citados por Bomfim (2008); v) a dicotomia agricultura/indústria e a posição submissa que os países produtores de primários assumiam na relação comercial com as nações industrializadas (Bomfim, 2008); vi) a percepção de que, apesar da raiz eco-

nômica do imperialismo, outros sentimentos e motivações moviam o ímpeto imperialista, como o nacionalismo, o patriotismo e o culturalismo (Bomfim, 2013). Portanto, Bomfim aproxima-se muito das impressões presentes nas teses clássicas sobre o imperialismo capitalista, seus mecanismos, desdobramentos e significado.

No entanto, doravante, até o final desta seção, a ênfase recairá sobre a preocupação de Bomfim acerca do imperialismo praticado pelos Estados Unidos sobre a América Latina. Assim como Eduardo Prado, Bomfim via como reais e iminentes as possibilidades da invasão imperialista deste subcontinente por parte de alguma potência industrial, especialmente, os Estados Unidos. Percebendo as reais intenções dessa grande nação sobre a América do Sul, reproduziu uma nota oficial enviada pelo governo da Argentina ao Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos com o fito de chamar atenção internacional ao fato e solicitar que esse país fizesse valer os princípios da doutrina de Monroe, que ele mesmo havia declarado, e ajudasse a Argentina a impedir que as forças imperialistas da Inglaterra tomassem como seus os solos e as economias da América do Sul. O conteúdo revela o perigo que já supunha imediato.

A obtenção de novos domínios coloniais neste continente tem sido aceita muitas vezes por homens políticos da Inglaterra. São muitos já os escritores europeus que designam os territórios da América do Sul, com as suas grandes riquezas, com o seu céu feliz e o seu clima propício para todas as produções, como o meio obrigado, onde as grandes potências, que têm já preparadas as armas e os instrumentos da conquista, hão de disputar-se o predomínio no curso deste século. (Nota enviada pelo governo argentino ao Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos, citada por Bomfim, 2008, p. 231)

No mesmo documento diplomático, Bomfim destaca o motivo do receio do governo argentino de uma invasão imperialista. Tratava-se de uma questão econômica, mais especificamente, financeira, e pautava-se no pretexto do descontrole da dívida pública do país sul-americano e do risco do não pagamento dos serviços da dívida. Diante da ameaça iminente de invasão, a Argentina clama pela ajuda e proteção norte-americanas.

A única coisa que a República argentina sustenta e que veria com grande satisfação consagrada [...] por uma nação que como os Estados Unidos goza de tão grande autoridade e poderio, é o princípio já aceito de que não pode haver expansão territorial

européia na América, nem opressão dos povos deste continente pelo fato de que uma *situação financeira infeliz* pudesse levar alguns deles a diferir o cumprimento de seus compromissos. Em uma palavra, o princípio que quisera ver reconhecido é o de que *a dívida pública não pode dar lugar à intervenção armada*, e menos à ocupação material do solo das nações americanas por uma potência européia. (Nota enviada pelo governo argentino ao Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos, citada por Bomfim, 2008, p. 232, grifos nossos)

Na esteira, Bomfim concluiu sua opinião sobre o assunto tecendo comentário acerca da ingenuidade do governo da Argentina em pensar que poderia contar com qualquer proteção ou auxílio vindos de outra força imperialista, pois, para ele, Estados Unidos e as grandes nações europeias nutriam as mesmas convicções, anseios, paixões e interesses por essas áreas. O parasitismo continuaria, porém, com outro parasita. Tanto que a resposta estadunidense à nota argentina confirma a impressão de Bomfim, pois vem sob a forma de uma ação tipicamente imperialista, fato que o pensador brasileiro não deixa escapar, e assim se manifesta, comparando a ação dos Estados Unidos ao feito de um ladrão.

A este convite (a carta do governo argentino), o governo de Washington respondeu, absorvendo, ele próprio, mais um trecho da América Latina. Os sucessos do istmo do Panamá nos mostram bem que não são diferentes dos da Europa os sentimentos dos Estados Unidos a nosso respeito. A ameaça é a mesma, pois que é a mesma política – a política dos fortes, ou melhor: a moralidade do salteador que apunhala o ferido na estrada deserta para despojá-lo. (Bomfim, 2008, p. 233)

A obra de Manoel Bomfim traz inúmeras evidências, como as que foram aqui citadas, da percepção do autor acerca de um processo de exploração econômica que se operava em escala mundial e que deixava os países da América Latina numa condição frágil, dependente e subordinada diante das potências da Europa e dos Estados Unidos. Exploração que, tendo começado como resultado da condição colonial, prosseguiu, após a independência, sob a forma de uma relação de exploração típica do imperialismo monopolista de fins do século XIX e início do XX. Bomfim construiu uma crítica genuína acerca da intenção desvelada de exploração comercial, industrial, financeira, política e militar por parte das “grandes nações civilizadas” e dos seus comerciantes, banqueiros, homens de negócios e seus governos, sobre

as novas repúblicas da América Latina, suas riquezas, seus mercados e suas gentes.

3. Considerações finais

No final do século XIX e início do século XX, no Brasil, em meio à dominância do pensamento conservador, racial e elitista, pautado no puro cientificismo positivista que, comumente, concebia o ideal de progresso tal qual a imagem e semelhança dos países europeus e dos Estados Unidos, ressoavam, infreqüentemente, contribuições teóricas críticas ao capitalismo, como as que estão manifestas nas obras dos intelectuais Eduardo Prado, Oliveira Lima e Manoel Bomfim.

A partir da percepção do fenômeno do imperialismo capitalista que tomava forma naquele momento da história mundial, especialmente o praticado pelos Estados Unidos sobre a América Latina, esses intelectuais brasileiros denunciaram as reais intenções das grandes nações industrializadas contra as frágeis repúblicas de nossa América.

Conforme destacado, apesar de não encerrar uma teoria do imperialismo, os textos dos autores brasileiros abordados neste artigo deixaram evidentes a apreensão e a denúncia de um violento processo de exploração econômica que se operava em escala mundial e que deixava os países latinos da América numa condição subordinada e dependente diante das potências mundiais naquele momento.

Ocultava sob o ideal de solidariedade que embalava o movimento do pan-americanismo e alimentada pela poderosa retórica de uma doutrina outrora declarada unilateralmente pela nação imperialista, a Doutrina Monroe, a política imperialista levada a cabo pelos Estados Unidos mantinha vivos os interesses econômicos e políticos, em terras latino-americanas, de uma burguesia privilegiada que colocava as forças militares do governo de Washington para agirem a serviço dos seus interesses, burguesia que, na opinião de Manoel Bomfim, confundia-se com o próprio Estado.

Viu-se que esses três autores perceberam e denunciaram a espoliação sofrida pelo Brasil e pelos demais países da América Latina, obrigados a ceder às imposições estadunidenses e a pagar vultosas somas a título de capital e juros, reclamações pecuniária e outros haveres que, frutos de uma política de agressão, manobras fraudulentas, conluíus, corrupção e contrabandos, atendiam aos interesses de companhias, bancos e do governo dessas nações imperialistas.

Nesse ponto, as ideias de Eduardo Prado, Oliveira Lima e Manoel Bomfim muito se aproximam das teses clássicas do imperialismo capitalista monopolista que ganharam força e expressão na última década do século XIX e nas primeiras do século XX. Entre outras, destacam-se: a percepção sobre o papel da exportação de capitais e dos empréstimos internacionais sobre a remessa de rendas cada vez maiores para o exterior, sob a forma de juros e lucros, e como esse mecanismo comprometia os esforços de desenvolvimento dos países latino-americanos; a compreensão sobre a função-chave desempenhada pelo governo dos países industrializados, por meio das forças militares ou diplomáticas, para garantir os interesses de seus capitalistas em terras estrangeiras; a denúncia acerca dos riscos e ameaças de invasões territoriais, ou mesmo do estabelecimento de zonas de interesse comercial para a valorização dos capitais estrangeiros nos países da América Latina; a consciência sobre o papel dos bancos na formação de poderosos cartéis que, disfarçados sobre a falsa bandeira da liberdade de comércio, mascaravam seus privilégios exploradores e impunham às nações mais frágeis seus poderosos monopólios; a defesa da industrialização como forma de desenvolver a economia nacional e, ao mesmo tempo, a percepção sobre a dificuldade dessa tarefa, uma vez que as elites locais, desconectadas de um interesse coletivo ou nacional, aliavam-se ao capital estrangeiro em troca de vantagens individuais; a sensibilidade para entender que, apesar de sua raiz econômica, o imperialismo apresentava também motivações culturais e nacionalistas; e mesmo a ideia de que o avanço imperialista por parte das nações industrializadas expressava a própria forma do capital se expandir mundialmente para garantir vantagens à burguesia, ao passo que esta, segundo Bomfim, confundia-se com o próprio Estado.

Tais ideias, dadas a sua originalidade, criticidade e a ameaça que representavam para a estrutura de classes, foram intencionalmente abafadas, caso específico da obra de Eduardo Prado, ou ficaram esquecidas em seu tempo. A importância do resgate teórico das teses desses intelectuais críticos brasileiros e a pertinência da utilização delas como referencial histórico analítico para os estudos sobre o imperialismo e sobre a dependência da América Latina diante das grandes potências da economia mundial são comprovadas pela recorrência com que as obras desses três autores têm sido revisitadas e pesquisadas, especialmente, nas três últimas décadas.

Referências

ADEODATO, J. M. O Positivismo culturalista da Escola do Recife. *Novos Estudos Jurídicos*, v. 8, n. 2, p. 303-326, 2003.

BARBOSA, R. *Aos entusiastas da amizade americana*. In: PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. Brasília: Edições do Senado Federal, p. 7-8, 2003. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1095/661687.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em 22 setembro 2019.

BEZERRA NETO, J. M. José Veríssimo: pensamento social e etnografia da Amazônia (1877/1915). *Revista Dados*, v. 42, n. 3. 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000300006. Acesso em 12 janeiro 2020.

BOMFIM, M. *América Latina: males de origem*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/BOMFIM_A_America_Latina_Males_de_origem.pdf.pdf. Acesso em 10 março 2019.

BOMFIM, M. *O Brasil nação: riqueza da soberania brasileira*, v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira, n. 31)

CANDIDO, A. Radicalismos. *Estudos Avançados*, v. 4, n. 8, p. 4-18, 1990.

CAVALCANTI, F. R. *Várhagen e a capital no planalto central: uma proposta única*. 2018. Disponível em <http://doc.brazilia.jor.br/Historia/Varnhagen-Unico.shtml>. Acesso em 17 março 2020.

FORSTER, M. T. D. *Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil: o legado de um pioneiro e sua relevância atual para diplomacia brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em http://funag.gov.br/biblioteca/download/863-Oliveira_Lima_e_as_Relacoes_Exteriores_do_Brasil.pdf. Acesso em 12 fevereiro 2020.

FREITAS, L. de. O escritor de “a ilusão americana”. In: PRADO, E. *A ilusão americana*. São Paulo: Livraria e Oficina Magalhães, 2002. Disponível em

<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ilusao.pdf>. Acesso em 15 setembro 2019.

GONTIJO, R. *Manoel Bomfim*. Recife: Massangana, 2010. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4708.pdf>. Acesso em 11 agosto 2019.

GUMPLOWICZ, L. *The outlines of Sociology*. Philadelphia: American Academy of Political and Social Science, 1899. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/7048711.pdf>. Acesso em 12 dezembro 2019.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os Economistas).

LIMA, O. *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*. Leipzig: Brockhaus, 1899. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518702>. Acesso em 15 agosto 2019.

LIMA, O. *Pan-Americanismo (Monroe-Bolívar-Roosevelt)*. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier, 1907. Disponível em: <https://sistemas.stf.jus.br/dspace/xmlui/handle/123456789/682>. Acesso em 19 julho 2019.

NASCIMENTO, N.A. Rocha Pombo: uma leitura da América na virada do século XX. *Anais do XIII Congresso Internacional da ABRALIC: Internacionalização do Regional*. Julho/2013. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/abralicinternacional/trabalhos/Completo_Comunicacao_oral_idinscrito_533_a5afe83524994ed6293c1b105ce88b8e.pdf. Acesso em dezembro/2019.

PEREIRA, V.V. *A construção da concepção centro e periferia no pensamento econômico: das teses do imperialismo às teorias da dependência*. Vitória: Edufes, 2019.

PEREIRA, V.V. Manoel Bomfim e a crítica ao imperialismo no início do século XX. *Revista da SEP*, v. 58, p. 139-181, 2021.

PRADO, E. *A ilusão americana*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1095/661687.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em 5 setembro 2019.

ROMERO, S. *A América Latina (Análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim)*. Porto: Livraria Chardron, 1906. Disponível em <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/25976>. Acesso em 23 março 2019.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SUSSEKIND, F.; VENTURA, R. *Uma teoria biológica da mais valia? (Análise da obra de Manoel Bomfim)*. In: SUSSEKIND, Flora.; VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Moderna, p. 9-60, 1981.

VELLOZO, J. C. de O. *Um Dom Quixote gordo no deserto do esquecimento: Oliveira Lima e a construção de uma narrativa da nacionalidade*. São Paulo: USP, 2012 (Dissertação de mestrado em Filosofia da USP). Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/31/31131/tde-15122012-115510/publico/final.pdf>. Acesso em 14 dezembro 2019.

VIANNA, O. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.